

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - João Amin - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, a minha fala, hoje, é com relação a uma preocupação que estou tendo, deputado Silvio Dreveck, relativa a uma decisão do Tribunal de Justiça sobre a criação de cartórios. E, pela informação que tenho, na semana que vem isso será algo que poderá influenciar a cidade de Joinville.

O Tribunal de Justiça decidiu, na reunião do Pleno desta semana, sobre a criação de mais cartórios em Florianópolis. E a próxima cidade a estar na pauta da próxima quarta-feira será Joinville. O que isso causará? Com a criação de

novos cartórios, quem perderá será a comunidade, que terá que tirar mais certidões, como ocorre, por exemplo, quando o cidadão vai entrar no programa Minha Casa, Minha Vida. Ele tem que comprovar que não possui nenhum imóvel.

Hoje, em Joinville, há dois cartórios e parece que o Tribunal quer abrir mais cartórios. Isso vai fazer com que o cidadão, quando precisar comprovar que não tem nenhum imóvel, tenha que pagar mais pelo serviço. Isso me causa estranheza, porque o cartório de São José está vago porque houve vacância. O responsável desistiu do cartório e ele está vago.

Em Chapecó, o serviço de cartório é extremamente criticado por toda comunidade. E há uma determinação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina resolva rapidamente o caso da vacância do cartório de São José e do mau serviço do cartório de Chapecó. O Tribunal de Justiça, ao invés de resolver essa questão, aprovou a abertura de mais cartórios em Florianópolis, e o próximo município da pauta de quarta-feira é Joinville. Depois virão Criciúma e Palhoça, mas onde está havendo problema, o Tribunal não mexe!

Há dois momentos dos cartórios no Brasil: o primeiro, em que os proprietários eram nomeados, e depois de nomeados ficavam lá, e o segundo, que é o dos concursados. E essa nova turma dos concursados colocou o serviço de forma diferente. Em Joinville, por exemplo, certidões que demoravam até 60 dias, hoje saem no mesmo dia. O cartório de Joinville é o mais premiado do Brasil, e fico extremamente preocupado tendo em vista que o Tribunal de Justiça, ao invés de resolver o problema de São José e Chapecó, está querendo criar mais cartórios. Penso que isso vai levar a um serviço pior, porque a qualidade vai baixar por conta de que muitas pessoas terão que correr pelos cartórios para terem as suas certidões.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENEDDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, não poderia deixar de apartear-lo, pois este assunto é da maior importância não apenas para Joinville, mas para Santa Catarina.

Há muitos anos vínhamos lutando para que houvesse mais cartórios em Joinville e também em Santa Catarina, mas com a implantação do concurso isso mudou. Quem dirige o cartório é aquele que se classifica melhor no concurso. Isso mudou e não precisamos de mais cartórios, porque aquilo que demorava 90 dias para ser feito, hoje se faz em três dias; aquilo que demorava um mês para ser feito, hoje é feito em um dia, esta é a grande verdade.

Então, os cartórios - e v.exa. colocou muito bem, parabéns pelo seu pronunciamento - de Joinville e de Santa Catarina são de excelência, são os mais eficientes do Brasil e estão de parabéns porque atendem a população com qualidade, eficiência e atenção.

Agora, essa decisão do Tribunal de Justiça é interna, é o primeiro passo, mas a última instância é o Parlamento catarinense. A criação de novos cartórios passará pela Assembleia Legislativa e, certamente, nós, com racionalidade e ponderação, iremos analisar esse projeto com muita calma e sensibilidade. E tenho a impressão de que v.exa. tem razão: não precisamos de mais cartórios, precisamos, efetivamente, fortalecer aqueles que estão prestando um serviço de qualidade para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado pelo aparte, deputado Darci de Matos.

Eu entendo que, ao chegar o projeto de lei nesta Casa, vamos precisar colocar critérios. Por exemplo: vacância, e aí há necessidade de, rapidamente, colocar alguém como titular e, no caso, abrir outros cartórios; mau serviço, que é o que está acontecendo em Chapecó, com o pessoal reclamando do mau serviço prestado pelo cartório de lá.

Agora, onde há serviço prestado e a comunidade contente, por que abrir mais cartórios para que as

pessoas tenham mais um ponto para ir, pegar as certidões e pagá-las?

Portanto, queremos conclamar os nobres pares para que comecem a prestar atenção nesse assunto. Como disse o deputado Darci de Matos, o projeto virá para cá e espero que possamos ter, deputado Silvio Dreveck, tranquilidade ao apreciá-lo. Nós não podemos pensar agora que os cartórios continuam a ser como antes, época em que prestavam serviços ruins. Essa nova turma do concurso público está fazendo com que os cartórios passem a ter excelência, premiações - até essas certidões e certificações de ISO os cartórios têm.

Por isso, quero deixar aqui registrada na tribuna a minha preocupação com a decisão do Tribunal de Justiça, que determinou a abertura de novos cartórios em Florianópolis, sendo que na pauta do Pleno da semana que vem está a abertura de mais cartórios em Joinville, e o referido município não precisa de mais cartórios. Depois que vieram esses novos concursados, basta perguntar a qualquer pessoa da cidade que, certamente, dirá que os cartórios, seja de registro de imóveis ou de notas e protestos, têm prestado um excelente serviço. Abrir mais cartórios é prejuízo para população, e nós vamos estar muito atentos, como disse o deputado Darci de Matos, nessa questão.

Ao chegar a matéria aqui, nós precisamos criar critérios. O que o Tribunal de Justiça deveria fazer, por exemplo, é resolver o caso de São José e Chapecó antes das outras cidades, pois nesses municípios a população está mal servida, uma vez que em São José há vacância e em Chapecó o serviço não é bom. Agora, vão querer mexer onde o negócio está certo, para quê? Para colocar o povo a pagar de novo novas certidões, novos cartórios, novos guichês, novos balcões! Nós somos contra isso, e quero deixar registrado!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Mario Marcondes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, quero dizer aos professores que têm feito a verdadeira vigília nesta Casa que a posição, ontem, da medida provisória foi a mais sensata por parte do governo, certamente chegando a um denominador que possa não ser, no primeiro momento, o denominador comum, mas pelo menos foi um caminho para um bom posicionamento entre a educação de Santa Catarina e o governo catarinense.

Certamente que este Parlamento demonstrou estar ao lado da classe dos nossos educadores e nós, parlamentares, estaremos a favor de tudo que for encaminhado a esta Casa para melhorar a educação do estado de Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

Com certeza, a condução de agora em diante será diferente da primeira vez. Tenho certeza disso e que os parlamentares estarão ao lado de vocês para fazerem esse bom encaminhamento.

(Passa a ler.)

"Ao falar em educação, gostaria de fazer referência ao art. 170 da nossa Constituição Estadual, que é um importante investimento que possibilita que milhares de alunos possam se manter nas universidades.

O legislador que incluiu tal artigo na nossa Constituição Estadual, o verdadeiro criador desse benefício, foi o então deputado estadual constituinte Salomão Ribas Júnior, que teve essa percepção tão visionária naquele momento da nossa história. Hoje o referido deputado estadual é procurador desta Casa e tenho certeza de que muito vai contribuir para a Educação do estado de Santa Catarina.

De lá para cá vários foram os parlamentares que modificaram e propuseram aperfeiçoamentos a esta lei, sempre com a pretensão de atender melhor às necessidades da Educação do estado de Santa Catarina.

Antes mesmo de disputar a eleição para deputado estadual, como advogado da Associação Catarinense de Estudantes em Educação a Distância, presidida pelo meu amigo Luciano Formighieri, nós obtivemos no Judiciário uma importante conquista. Através de uma ação civil pública que protocolamos contra o estado de Santa Catarina, obtivemos a decisão em caráter liminar, que possibilitou aos alunos da modalidade EAD ingressarem nas bolsas de estudos concedidas pelo governo do estado. Atualmente, centenas desses alunos carentes estão sendo agraciados com a tão merecida e justa bolsa de estudos, salientando que no ano de 2015, já no programa de educação do governo do estado através da secretaria de Educação, os alunos do ensino a distância já tiveram a possibilidade de se integrar também nos pedidos de bolsa de estudo do art. 170.

Com essa decisão judiciária, mesmo que temporária, corrigimos uma distorção, já que esses alunos de graduação são absolutamente iguais aos alunos da modalidade presencial, como inclusive, preconiza o ministério da Educação.

Agora, como deputado estadual, estou propondo mais uma modificação nessa legislação.

Quando o art. 170 foi concebido, a essência da lei era auxiliar as fundações municipais de ensino superior a se consolidarem e oferecerem os seus cursos em todas as regiões do estado.

Na sua primeira regulamentação, a legislação destinava 80% para estrutura e apenas 20% para bolsas de estudo, assegurando assim o fortalecimento das fundações municipais, que se tornaram grandes universidades comunitárias do atual Sistema Acafe.

Nesse sentido, o meu Projeto de Lei Complementar n. 007/2015 busca aperfeiçoar ainda mais essa legislação. Inclui na distribuição dos recursos a Faculdade Municipal de Palhoça e o Centro Universitário Municipal de São José.

Assim como as instituições do Sistema Acafe, a FMP e a USJ são fundações municipais de ensino superior públicas e mantidas exclusivamente pelo município.

Essas duas cidades fazem um gigante esforço para manter os milhares de alunos na graduação e pós-graduação que estudam de graça, com prioridade aos alunos oriundos das escolas públicas.

As duas instituições municipais de ensino superior são pioneiras no Brasil, têm tirado excelentes notas nos conceitos do MEC, inclusive sendo a USJ uma referência em Santa Catarina. Oferecem programas de extensão universitária, participam da elaboração de políticas de empreendimento regional, desenvolvem belos programas de pesquisa científica e apontam soluções para as demandas da região metropolitana da Grande Florianópolis.

O estado catarinense não pode deixar de colaborar com essa medida ousada e arrojada de Palhoça e São José, que, como eu já afirmei, bancam integralmente os custos para a manutenção desses alunos. E todos nós sabemos das dificuldades financeiras que todos os municípios brasileiros atravessam neste momento.

É bom que se diga que, caso não existissem essas instituições, milhares de jovens catarinenses, a grande maioria carentes e oriundos das escolas estaduais, não estariam nos bancos das universidades.

Com certeza, alguns poderão questionar: 'Mas se esses alunos já não pagam, por que vamos tirar das instituições que cobram mensalidades para a sua manutenção? Prezados colegas parlamentares, mesmo que ofereçam educação superior de qualidade e gratuita, caso elas recebam esse auxílio do estado, a USJ e a FMP poderão ampliar ainda mais a oferta de cursos e vagas, incluindo ainda mais alunos nos seus variados cursos de graduação e pós-graduação.

Agindo assim o estado de Santa Catarina estará estimulando que um maior número de municípios busquem medidas como essas que melhoram a vida das pessoas e oportunizam o tão merecido acesso ao conhecimento.

Neste sentido, peço a todos os colegas que apoiem este projeto de lei complementar, que nos ajudem a assegurar que a educação seja cada vez

melhor e, principalmente, que possamos democratizar ainda mais o acesso ao ensino de nível superior, sonho de tantas famílias e necessidade fundamental para segurar espaço no mercado de trabalho nos nossos dias.”

Srs. parlamentares, quero pedir aos deputados de primeira legislatura, e também aos mais antigos desta Casa que aprovaram, na oportunidade, o art. 170, que nos ajudem nessa luta para levar aos municípios a vontade de criar as suas universidades municipais, e não pensar sempre em não montar uma universidade municipal porque depois não terão como mantê-la.

Gostaria de contar com o apoio deste Parlamento para que possamos fazer um esforço concentrado para conseguirmos fazer com que a Educação de Santa Catarina melhore ainda mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Minha saudação aos deputados, às deputadas e ao presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

Ontem não pude estar presente, em função de alguns compromissos que tive em Brasília, entre eles a discussão sobre a reforma política.

Mas antes de falar sobre a reforma política, quero fazer um pequeno registro, até porque os professores estão aqui há dias e dias na agonia, esperando uma decisão do governo.

Ontem, ao chegar aqui pela manhã, vi as pessoas sentadas esperando que possa ocorrer uma decisão que não prejudique o magistério.

Acredito que a decisão do governo de retirada do projeto para rediscuti-lo foi acertada. Porém, quero deixar registrado, e comentava isso com o deputado Padre Pedro Baldissera, que quanto mais demorar, maior será o prejuízo para a educação e o maior o desgaste para todos nós, políticos.

Acredito que se o governo chamar as partes para compor, negociar e dialogar, o desgaste será

menor para ele. E certamente quem sairá beneficiado, se for encaminhado um projeto que atenda a todos, serão os alunos, os pais dos alunos e os professores.

Então, quero registrar que ficamos contentes com a retirada do projeto para rediscuti-lo, porque com essa questão de ficar puxando a corda, ela acaba arrebatando de um lado, e o lado que arrebatou será duramente prejudicado.

Sr. presidente, já estive no Executivo e no Legislativo, e posso dizer que cada período é um período, cada momento é um momento. Comentava com o deputado Padre Pedro Baldissera que, muitas vezes, nem é desejo do governante, mas há uma estrutura a sua volta que o conduz a tomar determinadas decisões, e vislumbrando um futuro acaba tomando decisões impopulares.

Estamos passando por um momento sério, de reflexão e precisamos tomar uma decisão. E para que a Educação volte à normalidade, é preciso um projeto que atenda a todas as partes, que volte para esta Casa em melhores condições.

Na reunião de ontem, discutimos com alguns líderes nacionais sobre a reforma política, porque é uma questão, neste momento, até mais importante do que a da Petrobras. A reforma política é fundamental até para salvar a economia do Brasil, os desmandos e para que tenhamos um movimento partidário para caminharmos com mais segurança.

Um dos temas debatidos, já bem conhecido, mas que deverá permanecer em função daquilo que ouvimos, foi o fim da reeleição para chefes do Executivo, ou seja, não haverá mais reeleição para presidente da República, governador e prefeito. O governante teria um ano para administrar o Orçamento do governo anterior e quatro anos para tocar o seu governo.

Outro tema muito importante abordado foi o do voto distrital misto. Os estados seriam divididos em distritos, e uma parte dos candidatos ao Poder Legislativo seria eleita pelo distrito; seria formada uma lista pelos partidos políticos, que seria votada por todo estado, e outra parte dos candidatos seriam eleitos pelas regionais, como se

fosse a majoritária. Cada região deverá ter um representante tanto na Câmara quanto na Assembleia Legislativa.

Em Santa Catarina, como temos 40 deputados, teríamos oito regiões. E 60% ou 50% seria voto em lista. E como seria feita essa lista? Quem vai administrá-la, divulgá-la? Qual a escala da lista, quem será o primeiro, o segundo ou o terceiro? Essa é uma discussão que será realizada com o partido político.

Os líderes, inclusive os dos pequenos partidos, falaram no fim das coligações proporcionais. Nas eleições proporcionais para deputado federal, estadual e vereador, ficariam proibidas as coligações. Hoje, um candidato de determinado partido, se for eleito com votos obtidos por um candidato de outra legenda, acaba sendo eleito. Citaram o exemplo de um ex-deputado federal, que recebeu um milhão e meio de votos e, com a sua saída, porque faleceu, o outro, com seis mil votos, acabou sendo deputado federal de São Paulo.

Então, um deputado com maior votação acaba sempre elegendo outro. E quanto a este problema, está sendo feito um acordo com diversas lideranças. Quer dizer, seria o fim das coligações o que forçaria os partidos a lançarem o maior número possível de candidatos.

Outra questão debatida foi a mudança na suplência para senador, visando reduzir o número de suplentes para o Senado de dois para um suplente. Este suplente só assumiria o cargo temporariamente, em caso de licenças temporárias do titular. Em caso de vacância definitiva, por morte, por assumir outra função no governo ou por renúncia, teria que haver uma nova eleição para o cargo de senador.

Pelas propostas apresentadas entre vários líderes, ficaria também proibido que o suplente seja parente até terceiro grau do titular. No norte e nordeste do país, todos sabem, o pai se elege ao Senado, o filho também, e outros filhos e netos são suplentes.

A cláusula de desempenho também foi muito debatida. Os líderes lá reunidos pretendem retomar essa discussão. Anteriormente, foi criada a cláusula de barreira, agora será amenizada.

Teria que haver um desempenho mínimo eleitoral, pelo qual o partido deverá ter um percentual mínimo de votos e uma quantidade determinada de estados para que goze de benefícios partidários. Para ter representação na Câmara dos deputados, ele teria que ter uma votação expressiva de 3% em cada estado para ter os seus representantes. Esse é um percentual encontrado.

Mudança de regra para concessão de TV para propaganda eleitoral: numa eleição majoritária, seriam computados os tempos de TV dos partidos que compõem as chapas. Ou seja, os partidos que estarão juntos na coligação não somarão mais o tempo para a majoritária. Só somaria o tempo do vice e do titular, no caso do vice-prefeito, do prefeito, do vice-governador, do governador, do vice-presidente e do presidente. E quando for para senador, somaria o tempo dos senadores.

Essa é uma discussão que está sendo travada em Brasília e certamente deveremos debater muito ainda no Brasil e aqui nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Darci de Matos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado João Amin.

(Pausa)

Na ausência do deputado João Amin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

(Pausa)

Não havendo mais oradores inscritos, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e estimados catarinenses, cumprimento, especialmente, os professores e as professoras que estão aqui presentes, representando o magistério, em mais um dia de luta e mobilização.

Ontem houve um passo que foi a retirada da medida provisória. Fizemos a nossa manifestação aqui também e espero que, ao longo desta quinta-feira e da sexta-feira, possa haver uma proposta que contemple realmente aquilo que é necessário para resolver esse impasse, e atendendo às expectativas do Magistério catarinense. Estamos firmes nessa luta da educação catarinense!

Sr. presidente, eu queria aproveitar este dia também para me manifestar sobre um projeto de lei, ao qual dei entrada nesta Casa, a respeito da produção orgânica no estado.

Santa Catarina se destaca como o estado brasileiro com o maior número de associações de produtos orgânicos. São 60 cooperativas que auxiliam os agricultores nas técnicas de cultivo e na comercialização de produtos. O estado também disputa com Minas Gerais a quarta posição no *ranking* nacional no cultivo de orgânicos, com 40 a 60 mil toneladas anuais de hortifruti no mercado.

De acordo com os dados da Epagri, em Santa Catarina são 700 agricultores autorizados a utilizar o selo de cultivo sem agrotóxicos em seus produtos. Como os produtos são livres de agrotóxicos e a produção é mais trabalhosa do que a convencional, o preço dos orgânicos, infelizmente, tende a ser maior do que o daqueles produzidos em grandes escalas.

No Brasil, por exemplo, os produtos orgânicos são, em média, 40% mais caros do que os convencionais.

Levando em conta a nossa forte agricultura familiar, poderíamos produzir mais orgânicos e fazer chegar a todos os consumidores a um custo menos elevado.

Como alternativa para reduzir o preço dos produtos orgânicos, protocolei nesta Casa um projeto de lei que concede isenção de ICMS para alimentos orgânicos produzidos e comercializados no estado de Santa Catarina.

Estive, ontem, com o secretário da Agricultura, deputado Moacir Sopelsa, ocasião em que conversamos sobre algumas ações que poderemos fazer para chamar atenção sobre esse tema, inclusive atingir esse objetivo.

Quero dizer que a proposição que apresentei tem razão de ser especialmente porque nas últimas décadas houve um crescimento muito grande quanto à preocupação com a saúde. Por isso, as pessoas começaram a investir mais na alimentação mais saudável. Essa mudança de comportamento propiciou o desenvolvimento de novas técnicas de produção na agricultura, que culminam com a produção de alimentos orgânicos.

Apesar de esse tipo de alimento ainda soar um pouco estranho para a maioria dos consumidores, um significativo número de pessoas já descobriram os benefícios de consumir os referidos produtos. Ao contrário dos alimentos convencionais, os produtos orgânicos utilizam técnicas específicas que não agridem o meio ambiente durante o processo de produção.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, com base nessas justificativas complementadas por aquilo que apresentei na proposta e justificativa, faço tramitar esse projeto de lei para que sirva como um debate, quem sabe, deputado Silvio Dreveck. Nós sabemos da dificuldade até de interpretação constitucional de projetos dessa natureza, em função da questão da origem. Mas o projeto é justamente para debatermos, porque o impacto econômico para estado é absolutamente pequeno, mas o impacto para a produção e para o incentivo da produção orgânica é muito grande. Podemos trabalhar isso e, se o governo tiver esse entendimento, poderá encampar isso depois e fazer através de projeto de lei de sua própria autoria.

Não se trata aqui da discussão de ser autor ou não, mas, sim, de se atingir o objetivo.

Então, quero fazer esse registro e dizer que a matéria vai tramitar. Espero o apoio de todos os srs. parlamentares nesse intento que estamos apresentando.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, quero somente registrar a presença na Casa do vereador de Chapecó, Diego Fernando Alves, do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Seja bem-vindo, sr. vereador, nesta Casa parlamentar!

O Sr. Deputado João Amin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, hoje está havendo alguma falha de comunicação. A comissão de Transporte fez uma reunião na terça-feira e ficou agendada para quinta-feira que vem uma ida ao canteiro de obras da Ponte Hercílio Luz.

Então, quero somente comunicar a todas as pessoas que foram convidadas que a visita será na quinta-feira que vem, e não hoje, às 10h.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

(Pausa)

Na ausência do representante do Democratas, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação - PSB, PR e PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco Frente Renovação que queiram fazer uso da palavra, os

próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Bom-dia, sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados e professores aqui presentes!

Ocupo este horário para falar sobre assuntos muito interessantes. Ontem, tivemos uma audiência com o presidente da Fiesc, dr. Glauco Côrte, ocasião em que fomos estreitar os laços e fazer uma série de considerações a respeito dos rumos da economia, colocar o nosso mandato à disposição e saber das novidades daquela importante instituição que congrega as indústrias do estado de Santa Catarina, portanto, a produção.

Como presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, tivemos o conhecimento de um importante projeto que hoje faz com que haja uma profissionalização de 470 jovens que estão nas Casas Lar. Ou seja, essa é uma maneira de a sociedade organizada, sem utilizar o dinheiro público, fazer com que as crianças oriundas de instituições por abuso, abandono e maus-tratos já saiam, ao final dessa proteção que a Justiça lhes dá, com um ofício.

Portanto, a sociedade parou para pensar, reviu um monte de situações e fez com que ela mesma desse um excelente encaminhamento. V.Exas. podem imaginar o que representa 470 crianças que vão ter um destino?! E quanto custaria o emaranhado todo que tem que haver para que essa máquina pública funcione, recupere e, acima de tudo, prepare essa pessoa para enfrentar as dificuldades econômicas que terá como cidadão também?!

Então, essa é uma resposta extremamente perfeita para se contrapor à barbaridade da redução da maioria penal. Eu quero dizer aos srs. deputados que sou frontalmente contra, pois é uma agressão que se faz à própria Constituição e, acima de tudo, à sabedoria. Porque muito mais do que dar educação às pessoas, é importantíssimo prepará-las. Mas a sociedade tem o costume de jogar o lixo debaixo do tapete. Quando ela vê um

problema, parece que não é com ela e que os outros é que têm que resolver. E esses projetos que acabei de colocar aqui, senhoras e senhores, são o resultado da própria sociedade tentando dar uma solução que não envolve cadeia e que não envolve o alto custo de fazer com que uma criança fique por lá tanto tempo para ser recuperada.

Então, vejo nesse tipo de iniciativa uma boa resposta àqueles que querem, a exemplo da comissão da "bala", como se diz lá no Congresso Nacional, que foi feita com o intuito simplesmente de fazer com que esses jovens que cometeram algum ato infracional paguem de outra maneira... Imaginem o que representa um jovem, hoje, sendo colocado numa cadeia com os outros presos de mais idade? Ou, então, o que representa de gasto e de estrutura que tem que ser feita nas prisões brasileiras para ter esses jovens, eventualmente, se a lei fosse alterada?

Portanto, acho que o Brasil vai passar agora por um momento de muita reflexão. E nós faremos um grande seminário dentro da Assembleia Legislativa, e convidamos algumas pessoas que estão aqui para se fazerem presentes, para debater esse assunto com algumas autoridades com o objetivo de fazer com que nós, catarinenses, possamos dar um encaminhamento a esse grande debate que se avizinha, com essa proposta de emenda à Constituição que está agora tramitando no Congresso Nacional.

Então, como presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, quero deixar aqui, de maneira tranquila, limpa e clara, a dificuldade que eu vejo de se aplicar essa proposta, hoje, que foi feita, a admissibilidade na comissão de Constituição e Justiça, e recentemente no Congresso Nacional, na última semana, mais precisamente.

De outra maneira, quero trazer um assunto que venho debatendo há algum tempo: o ritmo lendo da BR-280, que é uma saga, deputado Fernando Coruja! Hoje temos estampada no jornal *A Notícia*, que abrange leitores do norte do estado de Santa Catarina, a dificuldade que temos de prever o

término da obra. Para nós isso é motivo de muita preocupação e de muita dificuldade, pelo número de acidentes, pela trava que isso representa na produção, com o atraso de todos os meios de transporte que circulam por lá. Realmente é uma dificuldade muito grande.

Várias frentes de trabalho já estão acontecendo no trecho entre a BR-101 e a cidade de Jaraguá do Sul, mas está completamente parada ainda o da BR-101 até São Francisco do Sul, que é o trecho com mais problemas. Muita gente não sabe, mas Araquari é uma das três cidades no Brasil que mais crescem, que mais estão com desenvolvimento e que mais indústrias têm recebido ultimamente, mas cresce de maneira desorganizada.

Pois bem, a principal "avenida", entre aspas, hoje, de Araquari é a BR-280. E v.exas. não imaginam a dificuldade que há, o risco que as pessoas passam, a lentidão diuturna daquele tráfego de caminhões pesados em direção ao Porto de São Francisco e o que isso representa para a vida do cidadão que mora nas imediações!

Portanto, eu vejo uma dificuldade muito grande não apenas para resolver os problemas de indenização, que são mais de 600 que têm que acontecer, até para iniciar as obras. Fora os problemas ambientais e indígenas que lá existem. Ou seja, vai haver realmente uma dificuldade grande para o término dessa obra e, acima de tudo, para o início da obra.

Então, apelamos ao superintendente do DNIT, a quem nós já convidamos, mas, infelizmente, não quis comparecer, ou não pode comparecer, em Jaraguá do Sul para prestar contas e dar transparência dos atos administrativos que vão acontecendo para a conclusão dessa importante obra.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Meu querido amigo deputado Dr. Vicente Caropreso, v.exa. tem uma grande experiência legislativa porque foi

deputado federal e sabe, muitas vezes, como o governo federal age.

Essa questão de desapropriação e de fazer investimentos além da obra de infraestrutura - e é preciso indenizar os lindeiros -, cabe muito à vontade política de fazer.

Se fizermos as contas do prejuízo que o Brasil está tendo em relação à falta de investimentos nessa rodovia, em um mês pagaríamos as desapropriações! Porque muitas vezes olha-se a árvore e não se olha a floresta, pois aquele investimento que poderia ser feito em apenas uma, duas ou três propriedades, e que não fazem, traz um prejuízo para toda a população, a economia, o movimento da carga e descarga, o transporte e os turistas. E, lamentavelmente, digo que isso poderia ser resolvido, se houvesse vontade política.

Eu dou um exemplo: passaram anos e anos e não se fazia a via portuária de Navegantes porque havia desapropriações para serem feitas. E os prejuízos eram enormes para a cidade, o porto e a economia, com um movimento de cargas e aquelas filas enormes.

Assumimos o governo e em apenas nove meses desapropriamos todos os terrenos e lá está a rodovia pronta. E o escoamento das cargas beneficiou a cidade de Navegantes, o setor portuário, os trabalhadores e a economia daquela região ficou muito mais forte. O que falta, muitas vezes, é vontade política.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado pelo aparte, deputado Leonel Pavan.

Eu gostaria também de passar aos membros da comissão de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente uma importante notícia. Nós vamos visitar Case de Joinville, nesta terça-feira, até por essa polêmica toda a respeito da redução da maioridade penal. E convidamos todos os membros para terça-feira, às 8h, visitarem esse centro que alberga os menores que cometeram atos infracionais.

Então, vamos ver as condições que estão sendo dadas e traremos a esta Casa um relatório.

Da mesma forma, na próxima quinta-feira, faremos uma visita, *in loco*, em São José, para saber dessas instalações. Tudo isso será feito para engrandecer o debate a respeito de como as crianças e os adolescentes vêm sendo tratados no nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, para uma questão de ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, eu protocolei nesta Casa um projeto de lei que pretende tornar obrigatória a presença de um guia de turismo em excursões realizadas no estado de Santa Catarina.

Pela minha proposta, é considerado guia de turismo o profissional que, após formação em curso técnico, esteja devidamente cadastrado no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas, do ministério de Turismo, para o exercício de atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em traslados, visitas e excursões urbanas municipais, estaduais e interestaduais, e também internacionais.

Esse projeto faz com que os guias turísticos, que são formados, possam ter também a oportunidade de ter o seu emprego, podendo dar mais segurança aos passageiros dos ônibus de excursões que visitam o nosso estado e os que fazem excursões internas também.

A única questão é que vou, talvez, rever é que no meu projeto constam as vans, e eu pretendo retirá-las porque são apenas de nove, oito ou dez passageiros. Inclusive, questiono a minha assessoria sobre a possibilidade de retirar essa questão das vans.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Justiça apresentou parecer contrário e que será arquivado o Ofício n. 0548/2013.

Comunica, outrossim, que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0384/2014.

Também comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0011/2015, 0013/2015, 0014/2015, 0016/2015, 0021/2015, 0041/2014, 0519/2014, 0576/2014 e 0683/2013.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0210/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0211/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0212/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0213/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0214/2015, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0215/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0216/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0221/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0222/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0223/2015 e 0224/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0225/2015, de autoria do deputado Dalmo Claro; 0226/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0227/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes proposições:

Moção n. 0033/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao deputado federal Rogério Peninha Mendonça e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio para a aprovação do Projeto de Lei n. 870/2015, que revoga o Capítulo III, do Título V, da CLT, que trata da contribuição sindical.

Em discussão.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, em razão de o autor desta moção não se encontrar no plenário, solicitamos que ela seja retirada de pauta porque trata de um assunto relevante para o movimento sindical não somente de Santa Catarina, mas do país. E como o autor não está presente para discuti-la, gostaríamos que a moção fosse retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Fica retirada de pauta a moção, sem problema nenhum.

Pedido de Informação n. 0078/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações referentes à existência de algum projeto de reforma, visando ampliar o número de salas de aula na Escola de Educação Básica Germano Brandes, no município de Indaial.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0079/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, a ser enviado ao governador e ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações acerca do planejamento para melhoria urgente de diversas rodovias do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero somente fazer um registro, e peço que ele conste em ata da sessão de hoje. Temos a presença de professores e professoras, e os nossos cumprimentos a eles.

(Palmas)

Nesse momento, sabemos que o governo do estado já está tratando do conteúdo do novo projeto de lei que deve vir a esta Casa nos próximos dias. Mas gostaria de deixar registrado em ata que, de fato, o conteúdo desse projeto de lei deveria ser discutido, prioritariamente, com os professores, através do seu sindicato da categoria, para que não fosse algo apenas construído com alguns parlamentares, mas que fosse construído com o seu sindicato, e que só viesse a esta Casa no momento em que tivéssemos consensuado o seu conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Solicito à assessoria que faça constar integralmente o texto da solicitação da deputada Luciane Carminatti na ata, para a leitura na próxima terça-feira.

(Manifestações das galerias)

Gostaria somente de colocar à categoria que há competência para isso, e a competência não é desta Casa, e sim do governo do estado, através da secretaria da Educação.

Então, vamos, *pari passu*, resolver tudo isso. E tenham certeza de que estaremos ao lado dos professores, mas saibam temos que seguir a hierarquia e as competências de cada órgão. Certamente que será feito o melhor pela Educação de Santa Catarina.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em comemoração ao centenário da Acif.

Está encerrada a presente sessão.